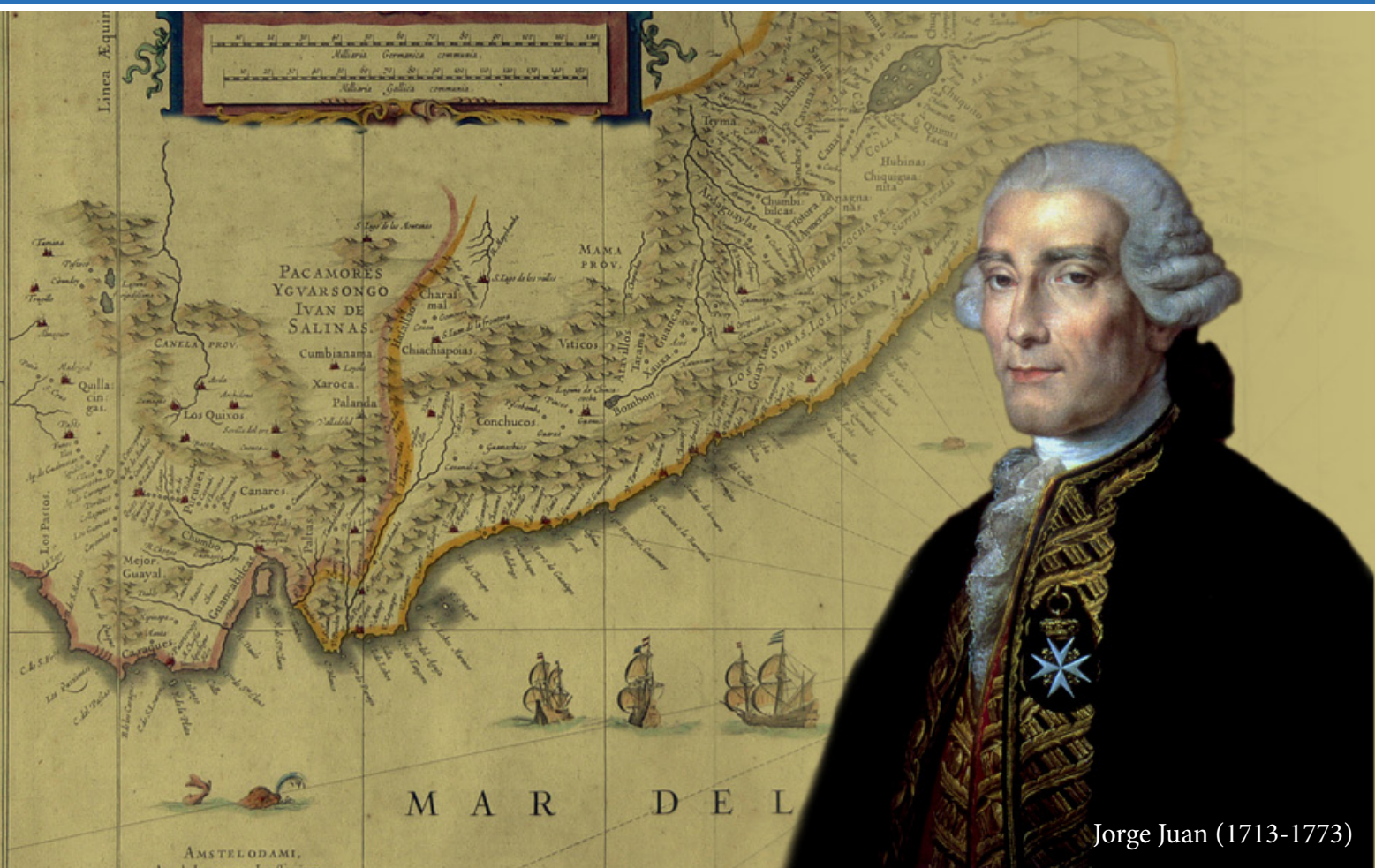


LA INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA



Jorge Juan (1713-1773)

Rafael Sebastiá Alcaraz
Emilia María Tonda Monllor
(Coordinadores)

LA INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Rafael Sebastián Alcaraz

Emilia María Tonda Monllor (Eds.)

Publicaciones de la Universidad de Alicante
03690 San Vicente del Raspeig
publicaciones@ua.es
<http://publicaciones.ua.es>
Teléfono: 965 903 480

© los autores, 2016

© de la presente edición: Universidad de Alicante

ISBN: 978-84-16724-07-9

Diseño de cubiertas: CEE Limencop S.L.
Maquetación: CEE Limencop S.L.



UNIÓN DE EDITORIALES
UNIVERSITARIAS ESPAÑOLAS
www.une.es

Esta editorial es miembro de la UNE, lo que garantiza la difusión y comercialización nacional y internacional de sus publicaciones.

Reservados todos los derechos. Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra solo puede ser realizada con la autorización de sus titulares, salvo excepción prevista por la ley. Diríjase a CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos, www.cedro.org) si necesita fotocopiar o escanear algún fragmento de esta obra.

O LIVRO DIDÁTICO E AS REDES SOCIAIS: ENTRE DISCIPLINA E CONTROLE

Aldo Gonçalves de Oliveira

Élida Pasini Tonetto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

aldojua@yahoo.com.br

elidapasinitonetto@yahoo.com.br

Resumo

Pensaremos os cruzamentos entre disciplina e controle e seus respectivos instrumentos de poder no espaço escolar, pois os sujeitos da contemporaneidade estão expostos a estratégias, operações e arquiteturas que agem sobre eles de modos diferentes e estão a serviço de subjetividades diferentes: disciplina/docilidade, controle/flexibilidade. Este embate entre procedimentos de poder põe a escola em um momento de crise. A partir destas reflexões e amparados nos estudos de Michael Foucault analisaremos o livro didático de geografia e as redes sociais. Procurando analisar como estes artefatos estão a fabricar subjetividades diferentes, através de mecanismos de saber/poder também diferenciados.

Palavras chave

Disciplina – Controle – Livro Didático – Redes Sociais

1. INTRODUÇÃO

A temática proposta para essa escrita tem relação direta com a filosofia de Michel Foucault, especialmente as reflexões que esse pensador empreendeu sobre os processos pelos quais o sujeito se constitui no interior de um contexto cultural. As diversas relações de poder seriam mediadas por diferentes instituições sociais, que cumpririam a função de moldar as subjetividades dos sujeitos, uma dessas instituições, seria a escola.

Deste modo, buscamos estabelecer um conjunto de apontamentos que poderão contribuir para a compreensão do papel e da dinâmica da geografia enquanto componente curricular presente e imerso nas relações que permeiam a instituição escola, considerando sua colaboração para o estabelecimento de estratégias espaço-temporais de disciplina e controle a partir da análise das práticas que envolvem os seguintes artefatos: o Livro Didático, já amplamente consolidado nas rotinas escolares e as Redes Sociais, que ainda de forma marginal, têm se inserido nestes espaços.

A análise Foucaultiana situa a dinâmica do tempo histórico como variante que influencia as práticas que mediam relações de poder nas sociedades. Dessa forma, o entendimento dos procedimentos de disciplina e controle na escola, deve considerar os objetivos engendrados por concepções específicas de educação escolar, que, como os demais elementos que compõem a dinâmica social, também entram nos “jogos de poder”. Refletir a configuração da materialidade (livros didáticos) e/ou da imaterialidade (redes sociais) sobre a qual a escola assenta suas práticas é fundamental para o desvendamento de estratégias de disciplinamento/controlado que favorecem a geração de “subjetividades moldadas”. Sujeitos incapazes de compreenderem a malha de relações em que se encontram inseridos tendem a ser marginalizados na mobilidade

sócio-cultural-espacial promovida pelas diferentes estratégias que envolvem as relações de poder.

A partir destas inquietações, propomos a problematização de algumas questões que propiciam a orientação da análise delineada para esta escrita, assim entre tantos questionamentos possíveis elegemos os seguintes: Quais e como os procedimentos de poder da disciplina e do controle se efetivam sobre os corpos dos sujeitos? Quais e como os instrumentos de poder/saber da disciplina e de controle se efetivam no espaço escolar? Como os procedimentos da disciplina e de controle articulados aos artefatos (livros didáticos e redes sociais) presentes nos espaços escolares ajudam a fabricar diferentes subjetividades?

Propomos, nesse contexto, uma problematização, entendida aqui como “[...] um conjunto de práticas discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento” (Foucault: 2004, 242). Essas questões, que não têm pretensão de esgotar a discussão aqui proposta, servem como orientadoras das reflexões e não como uma agenda linear e exaustiva de definição dos conceitos que margeiam o debate.

2. SOBRE A FABRICAÇÃO DE SUBJETIVIDADES: ENTRE CORPOS DÓCEIS E FLEXÍVEIS?

A disciplina é um termo de uso recorrente em diversas instituições e até mesmo em situações que constituem o cotidiano das sociedades capitalistas modernas. Na escola o termo ainda prevalece com muita potência e sem profundos questionamentos, tomada como algo natural nos seus procedimentos, naturalizada também entre os diversos atores dos espaços escolares e, por vezes, reivindicada por alguns sujeitos escolares.

Ao se pesquisar o significado do termo disciplina, nos dicionários de modo geral, impera a ideia de observância das regras e regulamentos, atrelados diretamente as instituições. De modo especial quando o comportamento disciplinar está ligado à escola, há uma relação de submissão de quem é ensinado, para com aquele que ensina; bem como atendimento aos preceitos ou ordens escolares.

A partir dos estudos Foucaultianos e principalmente do livro *Vigiar e Punir* de Michel Foucault entende-se que a disciplina trata de, através de um conjunto de saberes que orientam práticas diversas (técnicas de poder, descrições, receitas e dados) fazer os indivíduos usar o espaço e o tempo de forma adequada. A principal estratégia para concretização desse objetivo são as normas. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplinas’” (Foucault: 2014, 135).

Esses processos que orientam a disciplinarização dos sujeitos já existiam há muito tempo, especialmente nos conventos e exércitos, mas no decorrer dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornam uma receita de dominação e passam a estar presentes em diferentes instituições sociais, e também na escola.

O componente essencial dessa disciplina é o domínio de cada um sobre seu próprio corpo, não se trata mais da apropriação e violência sobre o corpo realizada pela escravidão, nem da domesticidade que impõe a dominação constante, se difere da vassalagem com sua relação de submissão, e ainda é diferente das disciplinas

monásticas que se pautavam na renúncia. A disciplina como dominante no momento histórico faz nascer uma arte do corpo humano, que além do aumento de suas habilidades, o torna mais obediente e mais útil (Foucault: 2014).

A disciplina fabrica corpos exercitados, submissos e dóceis que aumenta substancialmente as forças do corpo tornando-se útil economicamente e diminuindo na mesma proporção as forças em termos políticos de obediência. Assim, enquanto a exploração econômica conseguiu efetivar a separação da força de trabalho do produto, “a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (Foucault: 2014, 136).

A fabricação de corpos dóceis através de procedimentos disciplinares se deu em diferentes instituições, mas a partir do entendimento Foucaultiano, não faremos a história destas instituições disciplinares, mas a localização de exemplos de técnicas e processos muitas vezes aparentemente descomprometidos, mas que através da repetição e expansão apoiando-se uns sobre os outros criam um método geral, caracterizando a disciplina e se pondo a construir a docilidade, assim entendemos que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” (Foucault: 2014, 137). Deste modo, temos noção que a disciplina através da aplicação dos detalhes alcançou uma proporção gigantesca em diferentes instituições, como: escolas, hospitais e organizações militares, mas aqui nos interessa de modo especial, pensar sobre os processos disciplinares em funcionamento nas instituições escolares.

Encontramos em Foucault os detalhamentos sobre a disciplina, em suas minúcias o autor enfatiza a existência de “recursos para o bom adestramento”, através de instrumentos, que são de certo modo simples, mas que definem o sucesso atingido pelo poder disciplinar. Tais instrumentos podem ser definidos como a vigilância hierárquica (olhar hierárquico), a sanção normalizadora, e a combinação dos dois anteriores em um instrumento específico: o exame. Assim, o adestramento das multidões confusas se faz através destes recursos ou instrumentos, que são sutis e verificáveis nas práticas que agem sobre os corpos dos indivíduos.

Para “a vigilância hierárquica é um dos principais meios pelos quais os indivíduos são reunidos num espaço investido dos procedimentos da disciplina” (Moraes: 2008, 05) ela é um dispositivo que se pauta pelo jogo do olhar e pela forma da arquitetura que funciona a partir do jogo dos espaços, que não são mais apenas sólidos e fechados, mas com aberturas, passagens, transparências e vazios calculados. Desenvolve-se então a problemática de “[...] uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado [...]” (Foucault: 2014, 169). Para agir nessa arquitetura foi necessária a criação de postos de vigilância, controladores em uma relação de fiscalização definida e regulada.

A sanção normalizadora trata-se da face do poder por meio das disciplinas que institui a norma definida por leis, programas ou regulamentos, onde o normal se estabelece como princípio de coerção daqueles que não se adequam a tais normas, elas comparam, diferenciam, hierarquizam, homogeneizam, excluem, em resumo normalizam. Para isso, se utilizam em escalas (micro e macro) e em diferentes instituições de mecanismos de penalidade, a fim de punir e reduzir os possíveis desvios. (Foucault: 2014).

O mecanismo que faz a combinação entre o olhar hierárquico e sanção que normaliza é o exame, trata-se de um dispositivo da disciplina altamente ritualizado. “A

superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo seu brilho visível” (Foucault: 2014, 181). O exame faz um cerimonial objetivo, que documenta a individualidade através de mecanismos de registros numa rede de anotações escritas que compromete esses indivíduos e acaba por fixá-los, a escrita, aliás, é uma peça fundamental que dá poder a disciplina. O exame com suas técnicas documentárias torna cada indivíduo um caso, que se torna um objeto para o conhecimento, é a entrada do indivíduo, e não mais da espécie, no campo do saber. O exame é a peça fundamental para entender o indivíduo como um instrumento de poder e de saber, neste sentido a diferença individual também se torna pertinente (Foucault: 2014).

Apesar de sedimentada nas diversas práticas sociais, a disciplina passa a concorrer, nas últimas décadas do século XX com outros procedimentos operadores da construção de regimes de verdade que estão na base dos processos de governamentalidade das populações. Sobre esse período histórico, o geógrafo Milton Santos assinala que o contexto social inaugurado pela Revolução Técnico-Científica Informacional, que se desenvolveram a partir da década de 1970 e que tem como base diferentes processos de interação mediados por fluxos informacionais empreenderam um processo de relativização do tempo e do espaço (Santos:1996).

Esse novo contexto informacional implica a necessidade de organização de estratégias opostas ao disciplinamento, já que se organiza a partir de procedimentos de Controle. Trata-se de um conjunto de operações que se organizam de maneira diferenciada da disciplina, mas que cumprem funções bem parecidas nos jogos de poder que se desenrolam nas práticas institucionais.

Uma análise da palavra controle em dicionários e textos acadêmicos faz aparecer um conjunto de características ligadas a processos diversos de gestão, administração, análise, síntese e avaliação, que têm como objetivo o estabelecimento de um domínio sobre os mais diferentes elementos que compõem o objeto de controle.

Esses procedimentos emergem no período atual em que a informação, a partir da Internet, media a maior parte das sociabilidades, possibilitando um fluxo contínuo de dados em tempo real. “A Internet compõe-se de uma multiplicidade dispersa e aleatória de linhas e nós flexíveis. Por isso, o Rizoma Internet talvez seja a figura arquitetural dos procedimentos do controle, pois favorece que muitos e indeterminados controlem muitos e indeterminados remotamente”(Moraes e Veiga Neto: 2008, 8).

Ao contrário da forma do panóptico, que orientava a subjetivação pela disciplina, o modelo de organização do controle não segue uma forma hierárquica de organização. Partindo das características de interação entre indivíduos, mediada pelos fluxos informacionais da Internet, se organiza em forma de rede onde todos se encontram interligados e estabelecem relações entre si e, dessa forma, produzem saberes e se auto constituem a partir dos materiais disponíveis e das relações estabelecidas no ambiente digital.

Depreende-se disso que o grau/tipo/contexto de conexão em que o sujeito se encontra interfere diretamente na construção de sua subjetividade. Assim, os processos de subjetivação dos indivíduos ocorrem a partir da relação que o sujeito estabelece com os instrumentos, aplicativos, operações e demais indivíduos que mediam suas conexões.

O controle rizomático menospreza os confinamentos disciplinares; as posições geográficas perdem sua relevância. Não existem pontos fixos e posições, somente nós flexíveis e linhas mutantes, dispersas e aleatórias. Ao se “consumir informação”

territorializam-se nós flexíveis que estabilizam linhas de segmentaridade (Moraes e Veiga Neto: 2008, 4).

Os procedimentos de controle partem de estratégias que integram os sujeitos sociais na construção de suas subjetividades. O mecanismo de controle rizomático da Internet institui diferentes práticas mediadas, quase sempre, por trocas frenéticas de informação. Emissores e receptores influenciam-se mutuamente e produzem saberes, em sua maioria voláteis, sobre si e sobre os outros e que servem de base para operação de estratégias que baseiam o governo “dos vivos”. É o formato aleatório e reversível do rizoma que submete os indivíduos a “ditadura” da conexão constante.

O grau de conexão polariza as relações de poder, a partir da moldagem de sujeitos flexíveis, que inserem as ferramentas de comunicação em diferentes espaços (casa, trabalho, carro, igreja, academia, restaurante, escola, etc.) e tempos que se sincronizam (comer, dormir, viajar, conversar, estudar, etc.) e que constituem suas existências. Centramos nossa reflexão, a partir de agora, nas operações da disciplina e do controle nas práticas escolares, apontando a influência, por vezes contraditória, desses mecanismos no interior do espaço escolar.

3. A ESCOLA QUE (RE) PRODUZ PRÁTICAS: PODER, SABER E SUBJETIVIDADES

Propomos a análise das práticas existentes na instituição escola através do olhar dos mecanismos de disciplina e controle sob o viés discutido neste estudo, ou seja, sob inspiração dos estudos Foucaultianos. Deste modo, passamos a delinear como os instrumentos de poder/saber anteriormente descritos atuam no espaço escolar e como se propõe a moldar tipos específicos de subjetividades.

Deste modo, vejamos primeiramente como os instrumentos de adestramento da disciplina, que são: olhar hierárquico, sanção normalizadora e exame se constituíram nas práticas da escola e como estes ajudam a fabricar um tipo de subjetividade específica. Nesse sentido “... a escola moderna é a mais efetiva, estável e poderosa instituição capaz de fabricar a alma”, se utilizando, sobretudo das funções de vigilância e punição (Veiga Neto: 2014, 6).

A vigilância hierárquica como procedimento disciplinar reúne os indivíduos num espaço investida de um olhar hierárquico, ela ao mesmo tempo centraliza e verticaliza, pois

Os indivíduos do segmento mais baixo, em maior número, são vigiados (olhados) pelos indivíduos do segmento imediatamente superior, em menor número, e assim progressivamente, até um ponto de acumulação — o olho central, que repassa todos os segmentos. Estabelece-se, assim, uma rede de vigilância de alto a baixo, mas também de baixo para cima e lateralmente. A vigilância disciplinar distribui os indivíduos em posições fixas, colocando-os num campo permanente de visibilidade, jogando na oposição do vigiar e ser vigiado, do ver e do ser visto, onde poucos vigiam/vêem muitos. (Moraes: 2008, 6).

Esta forma de vigiar se materializou nas arquiteturas escolares, bem como em seus processos, ao analisar a organização de uma sala de aula, por exemplo, fica evidente que a posição do professor não deixa de ser uma posição privilegiada para vigiar, e a fixação dos alunos em espaços marcados também facilita esse olhar.

Na escola a sanção normalizadora também se constitui de forma potente, pois se estabelece uma série de normas, regulamentos e programas, que se instituem tanto pelo poder quanto pelo saber que representam. Os casos desviantes têm penalidades que funcionam de certo modo como uma pedagogia, e essas agem de forma eficaz na repressão com diversas micropenalidades, que podem ser definidas como:

[...] micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência) [...] (Foucault, 2014, 175).

Isso tudo é utilizado como punição, através de uma série de processos sutis, que vão desde o castigo a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Para o mesmo autor a escola é a instituição que leva muito longe o sistema penal, pois acrescenta a gratificação-sanção, qualificando bem e mal e não somente o que é proibido, deste modo além do castigo da pena também institui a recompensa, caso o indivíduo faça a observância das normas.

A escola é o local em que o exame como procedimento tem ação, pois acompanha e contribui para as operações do ensino. Nela estão presentes diferentes formas de se utilizar o exame, provas que classificam, notas que se propõe a medir o que foi ensinado, registros através de cadernos de chamada, boletins e pareceres, que documentam a vida dos indivíduos, os descrevendo e os vigiando, para que possa se gratificar ou sancionar os desvios se necessário.

Todos esses procedimentos contribuem para a fabricação de uma subjetividade dócil, e a docilidade dos indivíduos é de certo modo uma característica ou um dos ideais da Modernidade. Neste sentido podemos ponderar que “[...] a função de vigilância, punição e, sobretudo de fabricação da alma que, na Modernidade, foi atribuída à Educação e um dia foi assumida alegremente por seus idealizadores e seus praticantes institucionalizados” (Veiga Neto: 2008, 5) ajudou a forjar um tipo específico de subjetividade a que o mesmo autor vai cunhar de alma.

Ao contrário dos instrumentos da disciplina amplamente consolidados nas rotinas escolares, os que representam o controle são mais recentes e se inserem na escola, pela via institucional e também por vias paralelas. Institucionalmente temos políticas públicas organizadas pelo Estado, currículos oficiais focados na construção de competências individuais, mediadas por diferentes agentes informacionais; flexibilização nos procedimentos para avanço nos estudos, em função da demonstração de capacidades específicas; criação de uma infraestrutura (que embora lenta e deficiente no Brasil, vem se tornando cada vez maior) para conexão dos espaços escolares a Internet; e enfoque dos processos formativos digitais nas práticas de ensino, que situam os sujeitos escolares como agentes no processo de construção do próprio saber, são alguns dos sintomas da operação de processos de controle na escola.

Paralela a perspectiva institucional, os instrumentos de conexão instantânea, contínua e móvel (celulares, *tablets* e outros) produzem um “imperativo de conexão” que têm se inserido cada vez mais no espaço escolar, especialmente a partir das sociabilidades construídas pelos estudantes e que são projetadas no solo escolar a partir de relações, quase sempre, conflituosas. Os embates surgem, principalmente, da alteração que o acesso e a produção de informação em tempo real produziram na concepção de saber dos sujeitos escolares.

A utilização de ferramentas de comunicação, que possibilitam interação em tempos e espaços diversos no processo de construção do conhecimento, contrasta com o

modelo disciplinar predominante nas escolas. A concepção de saber dos alunos se alterou e tende a negar a figura do professor como única detentora de saber. Esses processos de embate vêm trazendo alterações cada vez mais significativas nas práticas escolares e objetivam um controle articulado (rizomático) das práticas escolares.

A centralidade no processo ensino-aprendizagem, uma via de mão dupla e reversível, talvez represente, hoje, a versão pedagógica para o par “consumir informação” e “tornar-se informação consumível”. Já não há mais lugar para “verdades” científicas que devem ser traduzidas pela via única do professor. O foco de aferição centra-se no desenvolvimento de capacidades para utilizar informações em contextos adequados. No processo ensino-aprendizagem, o professor que ensina, também aprende; e os alunos que aprendem, também ensinam. A pergunta central deixa de ser como se deve ensinar, e passa a ser como se aprende independente do ensino. O professor, assim, deixa de ser aquele que detém a autoridade do ensino dos conteúdos disciplinares. Ele passa a ser um gestor, um gerente, um guia, um tutor, um mediador do aprendizado (Moraes e Veiga Neto: 2008, 10).

A influência da presença desse “perfil informático” que passa a margear as práticas de subjetivação escolares pode ser sentida nas demandas que se colocam ao professor, enquanto aglutinador e orientador das aprendizagens. Esse sujeito também é pressionado a tornar sua subjetividade mais “flexível”, considerando que suas práticas passam a se basear na perspectiva de tornar o rizoma funcional e eficiente a partir do trabalho escolar.

4. APONTAMENTOS FINAIS: ARTEFATOS QUE FABRICAM SUBJETIVIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

Apropriando-nos e de certo modo aplicando os conceitos das discussões anteriores buscamos esboçar um panorama sobre algumas possibilidades de analisar o Livro Didático e as Redes Sociais como artefatos, presentes e utilizados nas rotinas e espaços escolares, que envolvidos em procedimentos de poder da disciplina e do controle contribuem também para a fabricação de subjetividades específicas.

Assim, “faremos algumas costuras de arremate e perguntaremos sobre o destino das relações entre o corpo e a alma, numa sociedade cujas práticas parecem se centrar cada vez menos na disciplina e cada vez mais no controle” (Veiga Neto: 2015, 2), e a escola como integrante desta sociedade, nos parece também estar a fazer este mesmo câmbio, algumas vezes pela própria via institucional outras pela pressão dos sujeitos que nela circulam.

A figura 1, referenciada nas indicações, apresenta uma tentativa de sistematizar, numa perspectiva gráfica, a organização dos procedimentos disciplinares no espaço escolar, tendo como referência o artefato cultural *Livro Didático* e a sua inserção no interior de relações de poder que buscam moldar subjetividades dóceis no espaço escolar. Destacamos o livro didático em função do caráter institucional que a distribuição desses materiais tem assumido no Brasil, enquanto política pública que “obriga” a presença e uso do livro no espaço escolar

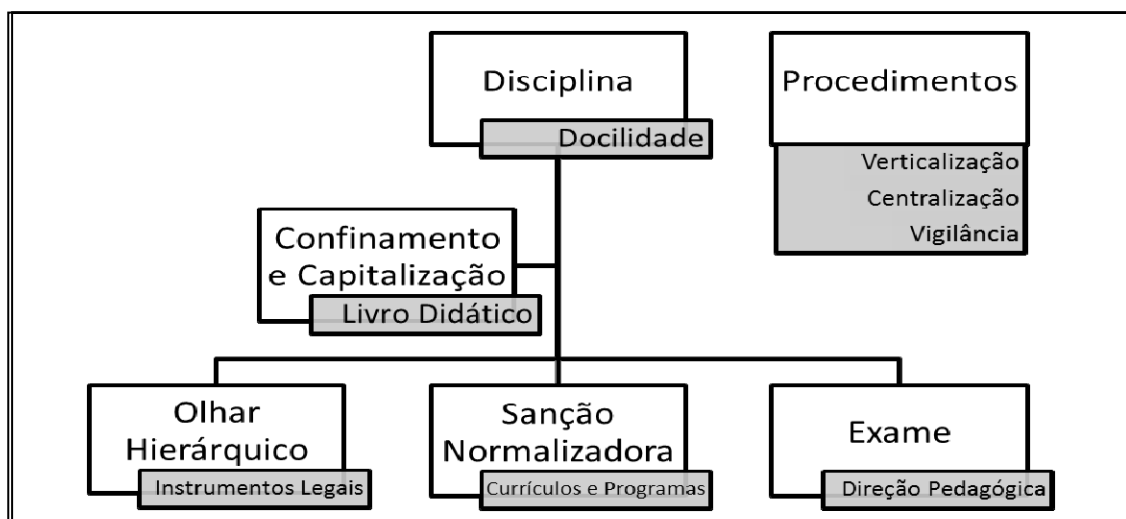


Figura 1. Disciplina – Docilidade.

Essa ferramenta gráfica nos auxilia a apontar as conexões que margeiam a discussão sobre o papel político que o livro didático tem assumido nas escolas de Educação Básica do Brasil. Para além de elementos ideológicos, essa reflexão centra-se na seguinte questão: como o livro didático atua como um dispositivo que auxilia na produção de subjetividades dóceis?

Entendendo o disciplinamento dos corpos como um processo mais amplo, inserido nas relações de poder, é possível afirmar que a disciplina, que tem como objetivo fundamental a construção de corpos dóceis, se referencia por procedimentos verticais, centralizadores e de vigilância. São esses procedimentos que alimentam as diferentes práticas educativas no espaço escolar, tendo em vista tornar os objetivos colocados para a escola “realizáveis”.

O livro didático, nesse contexto, atua como um dos elementos que cumpre a função de confinar e capitalizar, já que possibilita para todos os alunos a mesma referência de conhecimento para os processos de ensino e sistematiza os objetivos de aprendizagem “esperados” pelo Governo. Ele operacionaliza, nesse sentido, o “olhar hierárquico”, já que estando baseado em instrumentos legais que orientam sua escrita (O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD no Brasil e seus diferentes instrumentos legais, tais quais: editais portarias e resoluções), molda-se a arquitetura disciplinar em que se insere.

Já a direção pedagógica que o livro didático possibilita no espaço escolar serve como um parâmetro para a avaliação dos processos de ensino preconizado nos instrumentos legais e nos currículos e programas. Considerando que o livro didático serve na maioria das vezes, como o instrumento de ensino mais utilizado, ele referencia grande parte das práticas e processos que norteiam o ensino e a aprendizagem escolares. Cumpre, dessa maneira, a função de solidificar práticas disciplinares no espaço escolar contrariando, o desenvolvimento de posturas mais flexíveis, preconizadas por linhas pedagógicas que se referenciam na inserção de novas tecnologias e metodologias aos seus processos.

Dentre as posturas mais flexíveis podemos pensar sobre as Tecnologias da Comunicação e Informação e suas implicações no ensinar e aprender, assim considerou-se que o conceito de redes seja fundamental para seu entendimento. Nestes escritos, porém, elegemos as redes sociais *online*, por serem artefatos atuais e amplamente utilizados pelos sujeitos contemporâneos. A redes sociais *online* se efetivam a partir dos *softwares* sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* e outros, que ampliam,

potencializam e tornam mais complexas as redes que se já se estabeleciam mesmo antes da presença das tecnologias digitais, como rede de familiares, de amigo, de conhecidos e etc.

Percebemos que aqueles que se referenciam a partir das sólidas rotinas escolares, baseadas no disciplinamento, não conseguem entender as redes sociais como artefatos pedagógicos, contrariamente, elas são vistas de certo modo como “ruídos” perturbadores da organização escolar. Mesmo assim, os sujeitos penetram os espaços escolares e encontram diferentes maneiras dela se utilizarem, além do uso em si, esses sujeitos nos parecem subjetivados por essas redes, demonstrando novos modos de ser e estar no mundo, com novas e complexas subjetividades, mas que de modo geral se apóiam especialmente na flexibilidade.

Pensando nisso, partimos do pressuposto de que para compreender as redes sociais como artefatos pedagógicos é preciso pensar como concebemos socialmente o aprender e o ensinar, assim para considerarmos redes sociais como artefatos pedagógicos precisamos entender “que existe pedagogia, modos de ensinar e possibilidades de aprender nos mais diferentes artefatos culturais” (Paraíso: 2012, 24). Deste modo, os sujeitos que passam imersos (dentro e fora do espaço escolar) nas redes sociais, estão em contato como uma pedagogia que altera suas possibilidades de aprender, bem como na forma de constituir suas subjetividades.

Para tal, as redes sociais se pautam em procedimentos de poder que se distanciam dos disciplinares e se apóiam nos mecanismo de controle, como o controle rizomático, o imperativo da conexão e o perfil informático. A escola enquanto instituição é historicamente conhecedora dos procedimentos disciplinares, mas ainda não consegue se apropriar com facilidade dos mecanismos de controle, por serem mais recentes sutis, voláteis e flexíveis, o que faz com que artefatos como as redes sociais causem certo temor e estranhamento em seus espaços.

O controle rizomático é inerente as redes sociais e redefine as relações de espaço e tempo de seus usuários. Com relação ao espaço temos a desconsideração das fronteiras e os pontos fixos, na escola, por exemplo, podemos pensar que suas paredes e muros já não são estratégias de confinamento totalmente seguras e confiáveis. Afinal, as redes põem em xeque quem está dentro e quem está fora, as posições também perdem sua importância, pois nas redes cada um se torna um nó flexível em uma linha mutante, dispersa e aleatória, os espaços (em termos de localização), perdem sua habitual importância.

Já o tempo no controle rizomático das redes se torna segmentado e flexível, sendo difícil definir um contorno e traçar um limite, nas redes o tempo é veloz, mas não único e linear, assim os tempos são muitos e sincronizados. Podemos pensar que os tempos sincronizados permitidos pelas redes chocam-se diretamente com o tempo linear organizado pela escola, que permite que cada episódio tenha limites específicos, o tempo definido para cada aula, o tempo do recreio e assim por diante, já nas redes os tempos se mesclam, não sendo possível distingui-los claramente.

O imperativo da conexão impõe a necessidade de estar conectado em rede, exigindo flexibilidade do indivíduo, que deve optar entre múltiplas possibilidades disponíveis, a medida para diferenciar os indivíduos no controle é a própria conexão, onde estar conectado ou não conectado os diferencia nas redes. Na escola o imperativo da conexão coloca cada vez mais a necessidade de um modelo horizontal, descentralizado e rizomático de se comunicar, que privilegia a comunicação entre os atores ao invés da coerção disciplinar.

Nas redes sociais o perfil informático se pauta especialmente pelo “controle remoto dos corpos” (Moraes e Veiga Neto: 2008), onde os próprios corpos controlam uns ao outros, mediados pelos fluxos informacionais. Esses perfis são extremamente personalizados e registrados através das plataformas que hospedam as redes sociais *online*, sendo que os indivíduos podem estar posicionados as distâncias variáveis e aleatórias.

Esse perfil ainda adentra a escola muito pela via dos próprios sujeitos, podemos exemplificar esse perfil da informação através de uma situação específica, muitas vezes a instituição não consegue saber os motivos pelo qual um determinado aluno está faltando aulas, por exemplo, mas todos os colegas já sabem há muito tempo através das redes sociais tais motivos. Vários casos poderiam ser exemplificados em que a pressão das redes sociais vem se dando não apenas pela via institucional (Estado e seus aparelhos), mas em grande parte pelos usuários, que subjetivados pelos procedimentos de controle, pressionam as grandes instituições, especialmente a escola.

Com caráter aberto e potencial de ainda gerar novas e diferenciadas reflexões sobre as práticas escolares em curso, tentou-se captar o estágio da discussão que esses escritos buscaram dimensionar controle/flexibilidade, através uma proposta gráfica exemplificada na figura 2.

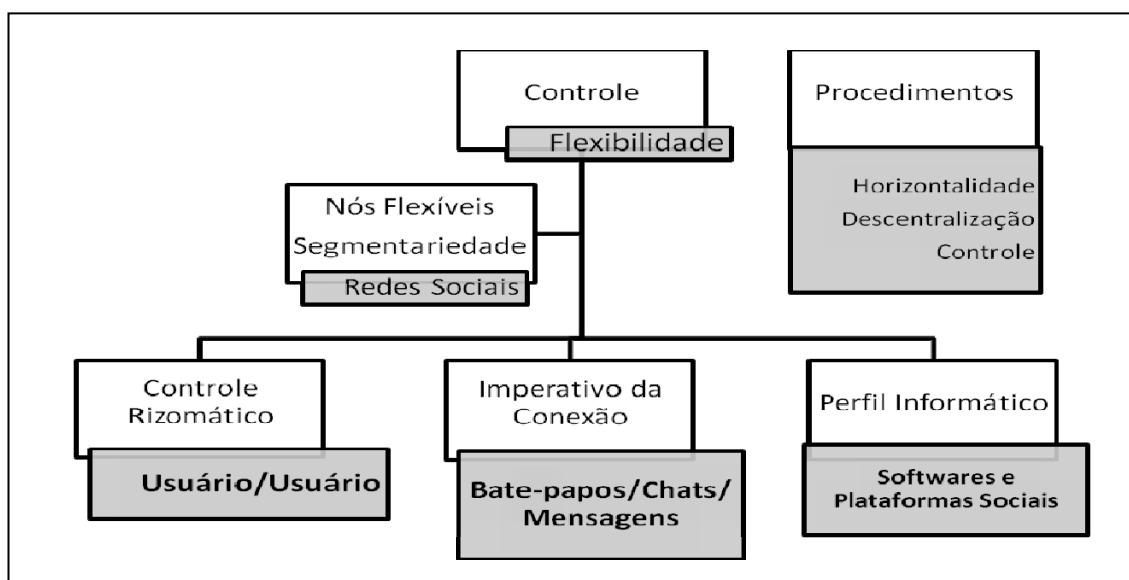


Figura 2. Controle – Flexibilidade.

A partir dos questionamentos sobre como esses procedimentos atuam nos espaços escolares e também dos apontamentos de autores como (Moraes, 2008; Sibília, 2012; Veiga Neto, 2015) percebe-se o quanto a escola ainda tenta sustentar suas práticas através dos procedimentos de poder típicos dos processos disciplinares. Mas como ao mesmo tempo os corpos que adentram seus espaços estão cada vez mais subjetivados pelos instrumentos advindos do controle, isso gera um embate entre instituição e sujeito que leva essa mesma instituição a uma crise, e que podem por em cheque sua função, pelo menos no formato como foi sustentada durante a Modernidade.

A atualidade e complexidade desta temática no coloca como apontamentos finais mais questionamentos que certezas, deste modo, esses escritos estão sendo finalizados ainda com questões que se apresentam como reflexões a serem pensadas pela escola enquanto instituição. Assim, se a Internet possibilita, a partir de inúmeros aplicativos,

mas especialmente das redes sociais, o contato com diferentes referências do que é socialmente aceito como certo ou errado; e essas referências de “certo ou errado” encontram-se diluídas nos fluxos informacionais; elas estão também na base da construção de diferentes técnicas de si e, conseqüentemente, de posturas éticas? Diante das subjetividades flexíveis a escola tem novos e mais complexos desafios? O uso das redes sociais serviria ao controle, assim como o livro serve a disciplina? O livro assimilará diferentes formatos para atender aos novos procedimentos exigidos pelo controle?

Embora esse texto não consiga responder todas essas questões, além de não ter aprofundado reflexões específicas sobre as relações de poder (disciplinares e de controle) que atuam a partir do ensino de geografia, ele permitiu pensar caminhos para debater questões filosóficas importantes que auxiliam na leitura das práticas em geografia Escolar, baseadas em *livros didáticos e/ou redes sociais*. Analisar como as práticas de disciplinamento e controle operam a partir de livros didáticos e redes sociais e também das especificidades do ensino de Geografia, exige um exercício do pensamento que permita compreender a disciplina, para além dos seus debates metodológicos, mas a partir de seu lugar político na escolarização brasileira, o que exigiram discussões que ultrapassam as reflexões propostas neste texto.

5. REFERÊNCIAS

Foucault, M., 2014. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M., 2004. *O cuidado com a verdade in Foucault, M. Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 240-251.

Sibília, P., 2012. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Moraes, A. L.; Veiga Neto, A., 2008. *Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível*. Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2, 3 e 4 de setembro de 2008. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/TEMPORARIOS/moraes-veiga-neto-disciplina-controle-escola.pdf> ; pp. 2-12.

Paraíso, M. A., 2012. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas in Meyer, D. E.; Paraíso, M. A. (coords). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, pp. 23-45.